

PSICOPEDAGOGIA E HISTÓRIA: UMA ANÁLISE DA IDÉIA DE RESPEITO AO INDIVÍDUO NO MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO

Carlos Herold Junior
Departamento de Pedagogia
UNICENTRO, Guarapuava - Paraná

Silvana Aparecida Serotiuk
Ensino Fundamental e Médio
Prudentópolis - Paraná

Resumo: Partindo da necessidade de relacionar as preocupações psicopedagógicas e História, o objetivo deste trabalho é analisar a idéia de respeito ao indivíduo no Manifesto dos Pioneiros da Educação (1932). Para isso, verifica-se em tal Manifesto a forte presença dessa idéia, para depois explicá-la na conjuntura nacional e internacional e, finalmente, vê-se nessa idéia uma constituinte do ideário educacional típico da sociedade capitalista. Com isso, pôde-se concluir que a idéia de respeitar o indivíduo que aprende, no Manifesto, só pode ser entendida no processo de constituição das modernas relações produtivas capitalistas na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Respeito às individualidades; capitalismo

Abstract: Attempting to relate Psychopedagogy and History, the goal is this study has been to analyze the idea of a respectful attitude towards the person in the “Manifesto dos Pioneiros da Educação (1932).” The paper indicates how central this idea is to the Manifesto and goes on to explain it in national and international contexts. Finally, the idea is discussed as a very relevant part of typical educational thinking elaborated in capitalist society. As a conclusion, it was possible to assert that the act of respecting the person who learns, according to the Manifesto, can only be understood when analyzed in the

light of the formation process of productive capitalist relations in Brazilian society.

Key words: Respect individual differences; capitalism

1. Introdução

Os primeiros passos da Psicopedagogia foram dados nos séculos XIX e XX na França. No início, figuravam os testes psicológicos e contava-se com a atuação de outros profissionais¹. Mais tarde, essa área expandiu-se e aprofundou-se. Somente a partir da década de 50 é que ela tomou forma na Argentina. Jorge Visca é considerado o pai da Psicopedagogia (criador do Instituto de Psicopedagogia da Argentina, na década de 60) e responsável direto pela definição oficial da Psicopedagogia como área de conhecimento. Nesse momento, iniciaram-se vários estudos em escolas públicas, buscando-se definir as atuações do psicopedagogo.

No Brasil, a Psicopedagogia surge juntamente com a criação da Escola Guatemala, no Rio de Janeiro, na década de 80. Esta escola iniciou um trabalho na ação preventiva junto ao professor, ou seja, buscavam-se saídas para as impropriedades do ensino. Porém, desde a década de 60, a Psicopedagogia começou a se estruturar com trabalhos de alguns autores brasileiros. Nesta época, a preocupação estava voltada mais às deficiências que geravam problemas de aprendizagem, do que a outros fatores.

De acordo com Scoz:

Esta nova visão oferecida pela Psicopedagogia vem ganhando espaço nos meios educacionais brasileiros e vem despertando, cada vez mais, o interesse dos profissionais que atuam nas escolas. Assim, embora a Psicopedagogia tenha nascido com o objetivo de proporcionar uma reeducação das crianças com problemas de aprendizagem, hoje, ela se preocupa principalmente com a prevenção do fracasso escolar (1990, p. 8).

Através de várias investigações, nota-se que a preocupação com a aprendizagem é uma questão recorrente na história, tendo suas origens nos moldes científicos do século XIX. Até este momento, estava ligada aos médicos, filósofos e psicólogos.

No interior deste amplo processo de se pensar a educação, pode-se verificar que as idéias defendidas pela Psicopedagogia também são, acima de tudo, históricas. Muito antes de se pensar neste termo, houve vários estudiosos como Montaigne, Locke, Comênio e outros, que já defendiam uma educação significativa que respeitasse as diferentes formas de aprender de cada aluno e as dificuldades delas decorrentes. Verificando ser esta uma das preocupações da psicopedagogia e, tendo por base a necessidade de

¹ Psicólogo, pedagogo, fonoaudiólogo, neurologista etc.

encarar os fenômenos educacionais pelo viés histórico, levanta-se a seguinte questão: é possível contemplar as relevantes preocupações da Psicopedagogia com uma análise que apreenda as idéias dessa área enquanto históricas? Quais são os limites impostos pelo desenvolvimento histórico de uma dada realidade à concretização das idéias educacionais propostas pela Psicopedagogia?

Analisando obras de vários psicopedagogos², é notável a dificuldade que eles ainda encontram em fazer com que práticas de educação individualizadas sejam feitas de modo realmente preponderante. Buscar analisar este esforço historicamente faz com que a questão norteadora deste trabalho seja a idéia de “respeito às individualidades”. Com isso, este trabalho esforça-se por estabelecer uma ligação entre Psicopedagogia e História, considerando que em outros períodos da história, tal qual hoje, de intensas transformações econômicas, políticas e sociais, essas dificuldades sobre a melhor educação a ser empreendida, também eram sentidas.

Um desses momentos foi a época do surgimento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, um documento lançado no Brasil em 1932, cujo principal autor é Fernando de Azevedo, juntamente com um grupo de educadores. Este documento apresentou uma enorme preocupação pela renovação da educação brasileira. Como diz Ghiraldelli: “Foi um longo documento dedicado ao governo e à nação que se pautou em linhas gerais, pela defesa da escola pública, laica e gratuita e por **princípios pedagógicos renovados** (grifo nosso)” (1991, p. 42).

Em tal documento, há a hipótese de que a educação deveria ser voltada aos interesses de cada indivíduo, com o objetivo de formar cidadãos capazes de conviver adequadamente naquele contexto histórico, uma vez que a antiga ordem educacional já não satisfazia as exigências da nova ordem econômica e social, baseada na nova configuração do modelo acumulativo do capital, gestado no pós-30.

O objetivo principal deste trabalho é analisar o Manifesto dos Pioneiros observando a ênfase dada à nova educação, voltada à questão do “respeito às individualidades”. Pretende-se ver as transformações educacionais como decorrentes de novas exigências sócio-econômicas. Para isso, utilizar-se-á de estudo bibliográfico e histórico, partindo da constatação das idéias do Manifesto, e se deslocando para o contexto com o intuito de buscar suas bases e tendo em conta que essas idéias tiveram sua razão de existência no processo de construção da sociedade capitalista. Buscar-se-á a íntima relação entre idéias pedagógicas e as lutas sociais que visam à transformação ou conservação social.

Metodologicamente, este trabalho procurará buscar as múltiplas determinações do objeto para que se chegue ao que Marx (1983) denominou de “concreto pensamento”. Ou seja, parte-se do fenômeno (o Manifesto dos Pioneiros e sua idéia de respeito às individualidades) percebido em sua particularidade para buscar a base estrutural

² Oliveira(1994), Scoz (1990), Bossa (1994), Macedo (1992).

que condiciona as idéias pedagógicas e é por elas condicionada. Kosik (1995) denomina esse processo de “destruição da pseudo concreticidade”.

Desse modo, na primeira parte do estudo, evidencia-se o Movimento Renovador da educação bem como a sua consolidação através do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Esse documento trouxe propostas para a renovação da educação, considerada defasada para a época. Dentre todas as exigências colocadas pelo Manifesto, sua atenção voltou-se especificamente para o fato de os “Pioneiros” se preocuparem com uma educação que respeitasse as diferentes formas de aprendizagem de cada pessoa.

Em um segundo momento, tratar-se-á do contexto histórico em que se desenvolveram estas novas idéias dentro da educação. Mostrar-se-á que as necessidades educacionais estão diretamente ligadas às transformações sócio-econômicas do país. Foi a partir das mudanças ocorridas na sociedade brasileira que novas exigências educacionais foram elaboradas. Um trecho de Romanelli completa este pensamento: “a forma como evolui a economia interfere na evolução da organização do ensino, já que o sistema econômico pode ou não criar uma demanda de recursos humanos que devem ser preparados pela escola” (1978, p. 14).

Por fim, mostrar que a idéia de valorização da individualidade do educando ganha força com o surgimento do capitalismo, será o objetivo. Para isto, serão analisados textos que evidenciam o pensamento educacional sendo construído conjuntamente com a construção da sociedade moderna.

Dessa forma, espera-se romper com o esquematismo científico, mais ou menos arraigado, de se começar o trabalho mostrando o contexto, para então, no final, abordar o objeto proposto. Começa-se já definindo as facetas do objeto para, em cada parte subsequente, aprofundar a relação deste com a conjuntura e estrutura histórica nas quais o entendimento radical sobre a temática psicopedagógica deve ser buscado.

Portanto, vê-se a importância deste trabalho no que concerne o entendimento dos problemas educacionais, as lutas por mudanças e transformações no modo de se ver a educação, situados historicamente. Preocupação esta que outros autores da Psicopedagogia não apresentam de maneira muito sistematizada em suas obras. O presente trabalho pretende, pois, colaborar com a questão mostrando a necessidade e uma possibilidade de preenchimento desta lacuna.

2. A idéia de respeito às individualidades no Manifesto dos Pioneiros

Nas duas primeiras décadas do século XX, o desenvolvimento dos transportes e da comunicação acelerou novas descobertas e avanços em vários setores. Novas idéias se propagaram, e o Brasil não ficou fora desse processo. No campo da educação, começaram a surgir algumas idéias de renovação educacional, baseadas numa escola moderna para todos, quer dizer, sem distinção de classe, religião, sexo ou cor.

Até então, criticavam-se os educadores, a educação era elitizada, pois era privilégio de poucos. A valorização do indivíduo, do currículo, de novas técnicas e procedimentos de ensino, eram alguns dos preceitos da nova concepção educacional.

Nesse anseio de mudanças, foram estruturadas algumas propostas visando à transformação da educação. Entre estas, estava o Manifesto dos Pioneiros da Educação.

O Manifesto dos Pioneiros foi apresentado como uma concretização das lutas pela renovação educacional. Nele continha o ideário dos renovadores, bem como a reflexão das incoerências do ensino e as propostas para uma conexão entre escola e sociedade.

Este documento veio a dar direção às idéias de renovação que já vinham sendo debatidas há vários anos, buscando organização e reconstrução da educação nacional.

A escola era vista como desarticulada da sociedade e ligada a instituições que representavam resistências às mudanças de caráter modernizante, tal qual a Igreja Católica. Só participava da escola a elite que podia pagar por ela. Porém, os reformadores viam a necessidade de uma visão global do problema educacional: a escola não podia ser isolada da sociedade, era necessária uma determinação dos fins da educação em especial, os educadores precisavam de uma cultura ampla e diversificada para poder transmitir aos alunos. Este quadro só mudaria se a educação fosse vista com base numa teoria que definisse seus objetivos. Assim, seria possível abrir os horizontes para se enxergar além e, conseqüentemente, buscar soluções para tudo o que estava ultrapassado. Acima de tudo, era necessário integrar escola e sociedade.

Nesse sentido, Azevedo coloca que “o educador deve estar tão interessado na determinação dos fins de educação, quanto também dos meios de realizá-los” (apud GHIRALDELLI, 1971, p. 55).

Observa-se a enorme responsabilidade do educador, que daria todo o encaminhamento aos educandos: “ele deve ter o conhecimento dos homens e da sociedade em cada uma de suas fases, para perceber, além do aparente e do efêmero, o jogo das grandes leis que a escola exerce nesta diversidade e pluralidade das forças sociais” (AZEVEDO apud GHIRALDELLI, 1971, p. 55).

Os renovadores defendiam a explicitação da função da escola no contexto social. Só haveria mudanças quando houvesse união e consciência da importância de uma reforma educacional. Eles questionavam o porquê de vários países da América Espanhola terem um avanço educacional enquanto o Brasil permanecia estagnado. Realmente, no entender dos Pioneiros, uma tomada de consciência e um compromisso com a educação eram necessários.

A preocupação primordial girava em torno da concepção de vida e do ideal que se desejava alcançar, considerando, também, a clientela de educandos. **A escola deveria atender aos interesses de cada um.**

Ora, se a educação estava ligada aos ideais de cada época, esse seria o momento de persistir na reação contra a velha estrutura oligárquica de dominação e de

buscar novos horizontes, já que o Brasil estava passando por várias mudanças sociais e políticas. Era hora, pois, de admitir a educação como direito biológico “**reconhecendo a todo o indivíduo o direito a ser educado até onde o permitam as suas aptidões naturais** (grifo nosso), independente das razões de ordem social e econômica” (AZEVEDO apud GHIRALDELLI, 1971, p. 59). A defesa estava em torno da educação para todos, que, para exercer sua função, ia além dos limites de classe, abrindo oportunidades a todas as classes sociais de acordo com os seus interesses e habilidades.

A nova educação fundava-se no princípio da articulação da escola com a sociedade e a defesa dos interesses do educando **tomando-o como centro da ação pedagógica**. Desse modo, confrontava-se com a escola tradicional que, naquele momento, já era considerada, em termos pedagógicos, um sistema de ensino retrógrado, sem perspectivas de mudanças significativas. O manifesto busca superar todos esses problemas com a **participação ativa do educando no processo de ensino**.

A educação deve estar em harmonia com os direitos individuais e “desenvolver ao máximo a capacidade vital do ser humano” (AZEVEDO apud GHIRALDELLI, 1971, p. 63), **respeitando cada fase que a criança passa**. Do mesmo modo, o manifesto defende a autonomia e a descentralização do ensino, argumentando que o sistema escolar necessita de uma ação unificadora. A esse respeito Azevedo coloca que:

A seleção dos alunos nas suas aptidões naturais, a suspensão de instituições criadoras de diferenças sobre base econômica... a equiparação de mestres e professores em remuneração e a reação contra tudo que lhe quebra a coerência interna e a unidade vital, constituem o programa de uma política educacional, fundada sobre a aplicação do princípio unificador, que modifica profundamente a estrutura íntima e a organização dos elementos constitutivos do ensino e dos sistemas escolares (apud GHIRALDELLI, 1971, p. 65).

Os preceitos da nova educação vêm ajustar as finalidades e os ideais que ela deve percorrer, apontando práticas apropriadas para poder realizá-los. Vêm, igualmente, dar ênfase à criança, respeitando a sua personalidade e considerando-a como o centro do processo educativo, oferecendo-a um ambiente educacional agradável, podendo viver novas experiências favoráveis à aprendizagem. Nesse sentido, ao falar sobre o manifesto diz GhiraldeLLi, que esse documento “**deu importância à liberdade da criança e ao interesse do educando** (grifo nosso)” (1971 p. 23).

O propósito do manifesto era uma reconstrução educacional voltada ao desenvolvimento integral do indivíduo, baseada numa educação dinâmica, não estática, a partir da qual o aluno não seria um mero repetidor daquilo que o professor transmitia, mas, sim, um agente transformador do conhecimento. Sobre isso GhiraldeLLi argumenta que: “A Pedagogia nova se apresentou na forma de um pensamento educacional completo na medida em que compreendia uma política educacional, uma teoria de educação e de organização escolar e metodologias próprias” (1971, p. 23).

Pode-se dizer que, entre todas as mudanças propostas no manifesto, uma das mais importantes foi a preocupação com o indivíduo. Este deveria ser o centro do processo educativo e não mais um agente passivo sem poder reagir ao ensino que estava recebendo. A escola deveria respeitar os direitos do indivíduo a ser educado, o que compreenderia suas necessidades e habilidades, fazendo com que o indivíduo pudesse aprender aquilo que lhe é importante dentro de suas capacidades. Sobre isso Azevedo explicita que:

a educação deixa de constituir um privilégio determinado pela condição econômica e social do indivíduo, para assumir um ‘caráter biológico’, com que ela se organiza para a coletividade em geral, **reconhecendo a todo o indivíduo o direito de ser educado até onde o permitam as suas aptidões naturais, independente de razões de ordem econômica e social** (grifo nosso) (apud GHIRALDELLI, 1971, p. 61).

A concepção educacional do manifesto ia além da idéia de transmissão de conteúdos. Havia uma incessante preocupação em transmitir valores e formar cidadãos instruídos para a vida, que tivessem consciência de seu papel na sociedade, visto que “é preciso fazer homens, antes de fazer instrumentos de produção” (AZEVEDO apud GHIRALDELLI, 1971, p. 62).

Nesse sentido, o Manifesto se apoiava não só no respeito ao indivíduo, mas também no respeito à personalidade humana. Ele defendia que a escola deveria cultivar valores morais como: justiça, solidariedade, renúncia e cooperação, porque são valores que “elevam a alma e enobrecem o coração” (AZEVEDO apud GHIRALDELLI, 1971, p. 64).

Essa “nova escola” tinha como objetivos “a atividade espontânea, alegre e fecunda, dirigida à satisfação das necessidades do próprio indivíduo” (AZEVEDO apud GHIRALDELLI, 1971, p. 72). As idéias giravam em torno de uma educação prazerosa, que fizesse o aluno sentir vontade e satisfação em aprender. Conseqüentemente, este aprendizado poderia ser útil para a sua vida, ou seja, estaria de acordo com suas necessidades enquanto agente participativo da sociedade.

Falando ainda em metodologias avançadas, Azevedo coloca que: “a escola deixará de adaptar todas as inteligências a mesma forma rígida de educação para ser aparelho flexível e vivo” (apud GHIRALDELLI, 1991, p.74). Cada pessoa aprende de um modo diferente, e esta foi uma grande preocupação dos “pioneiros”: buscar novas maneiras de ensinar e respeitar a individualidade de cada ser que compõe a escola.

Não se trata de fazer apologia do Manifesto. Apenas pretende-se constatar a presença maciça das idéias educacionais que defendiam o respeito às limitações e aspirações do indivíduo. Vários autores³ esforçam-se por levantar críticas relevantes ao

³ Para uma crítica contundente às limitações do Manifesto, ver Xavier, M. E. *Capitalismo e escola no Brasil*. Campinas: Papirus, 1990.

documento, mas isso não faz parte deste trabalho. O que se intenciona é verificar o modo intenso que os pioneiros defendiam um processo educativo que respeitasse a individualidade do educando. Pode-se notar, também, que essa defesa a todo o momento alimentou uma luta mais ampla de transformação da educação e da sociedade brasileira nas décadas de 20 e 30.

3. Do indivíduo à sociedade: o Manifesto e as transformações da sociedade brasileira

Para se entender o valor e o significado das idéias de respeito ao indivíduo que estão no “Manifesto dos Pioneiros”, há a necessidade de uma análise da conjuntura histórica e social na qual desenvolveu-se a idéia de renovação, buscando entendê-las como expressão e “combustível” de uma luta por transformações.

Essas transformações começaram a surgir principalmente após a Primeira Guerra Mundial, ou período entre-guerras, levando o mundo “rumo ao abismo econômico”, como expressa Hobsbawn em seu livro *Era dos Extremos* (1997). Até mesmo os EUA, que pareciam intocáveis, não ficaram livres deste colapso. A economia capitalista mundial parecia desmoronar-se e ninguém tinha idéias de recuperação.

Em outros momentos da história, houve períodos de decadência e crises, mas jamais na proporção da crise do pós-guerra. Verifica-se, então, um momento de acelerado progresso técnico de irregular crescimento econômico e de crescente “globalização, ou seja, de uma divisão mundial cada vez maior de fluxos e intercâmbios que ligavam todas as partes da economia mundial ao sistema global” (HOBSTAWN, 1997, p. 9). O capitalismo e as relações comerciais desenvolviam-se cada vez mais, até que houve um grande cessar econômico, o que interrompeu, ainda que não totalmente, tal desenvolvimento. Isso foi inesperado diante do quadro econômico próspero em que se vivia no momento.

A esperança de todos era que a crise do pós-guerra fosse passageira e que rapidamente as economias estivessem reorganizadas. Acreditava-se que seria um “pesadelo passageiro”. Porém, ao contrário do que todos acreditavam, o grande desastre econômico culminou em 1929. A partir daí, novas soluções tiveram de ser buscadas para enfrentar uma crise sem precedentes na história do capitalismo.

A quebra da bolsa de Nova Iorque atingiu o mundo, pois a maioria dos países comercializavam com os EUA. A situação caótica fez muitos fornecedores substituírem a produção em grande escala para a de subsistência, pois quanto mais produto se tinha, mais o preço caía. Sobre isso, Hobsbawn diz que: “Para os agricultores dependentes do mercado, sobretudo do mercado de exportação, isso significou a ruína, a menos que pudessem recuar para o tradicional, último reduto do camponês, a produção de subsistência” (1997, p. 96).

Ao final da Primeira Guerra Mundial, os EUA foram um dos países que mais saíram lucrando, pois não se envolveram profundamente na guerra. “Enquanto os

americanos, que tinham começado a guerra como um país devedor, terminaram-na como o principal credor internacional” (HOBSBAWN, 1997, p.102). Mas, com todas estas vantagens, não conseguiram livrar-se da crise de 1929. Ao mesmo tempo em que eram grandes exportadores, também eram grandes importadores, tornando-se causadores e vítimas da “Grande Depressão”.

3.1 Repercussões da crise no Brasil

Os EUA consumiam mais da metade do café produzido no Brasil; os preços continuavam estáveis, e os proprietários de terras obtinham grande lucro.

Nesse sentido, “Na medida em que a crise se aproximava, os fatores internos de inquietação cresciam – não espanta que tivessem atingido uma pressão explosiva, sob os efeitos da derrocada de 1929” (SODRÉ, 1982, p. 317).

Faziam-se necessárias mudanças não só no setor econômico, como também no setor político, afinal “o declínio das oligarquias denunciava a presença de novas forças no cenário brasileiro. A estrutura econômica já inadequada, obsoleta, vivendo por inércia, rotinada em seus processos e tendo de valer-se agora de recursos diversos para assegurar a sua continuação” (SODRÉ, 1982, p. 314). Com a Revolução de 1930, no Brasil, o poder das oligarquias perde o palco, e surge uma nova fase, a República Nova, liderada por Getúlio Vargas.

É uma tomada de consciência que pouco a pouco se espalha: a população já não aceita a velha ordem; vêm os movimentos, revoluções e manifestações como reflexo da evolução cultural e dos ideários de mudança. Por fim, o rompimento com a estrutura vigente.

Juntamente com a indústria, surgem no Brasil duas novas classes: a burguesa e a proletária. Os grandes latifundiários perdem os seus espaços e a burguesia infiltra-se intimamente ligada ao comércio e à indústria. O proletário, por sua vez, surge como força fundamental nas grandes indústrias, vendendo sua força de trabalho.

As cidades industriais sofreram grandes conseqüências devido ao êxodo rural e ao inchaço desses centros urbanos; grandes quantidades de pessoas saíram do campo em busca de melhores condições de vida na cidade, quer dizer, visavam aos empregos que as indústrias ofereciam.

A educação está intimamente ligada à condição econômica do país. Se a economia é progressiva, a educação não é acionada, porém, se há um abalo econômico, a educação é chamada para dar conta da insatisfação. Sobre isso Nagel explicita que:

... em todos os momentos de desenvolvimento e/ou de reprodução da sociedade capitalista, quando novos padrões de acumulação emergem ou quando um determinado tipo de acumulação não está se viabilizando, a comoção social se instaura e, nesse período de abalo generalizado, a educação é convocada para prestar contas à sociedade do que não fez (1992, p. 1).

Pelo destaque dado à expressão “do que não fez”, podemos notar o bombardeio de críticas voltado às escolas, generalizando todas as instituições escolares. Não é vista a origem dos problemas econômicos, sem contar que a educação é incapaz de resolver todos os problemas e dificuldades que possam assolar uma sociedade.

A crise deve ser pensada dentro de uma realidade que abrange toda a sociedade, buscando a identificação social e histórica de suas origens e responsabilizando todos e não uma pequena parcela ou determinados grupos relacionados às instituições escolares. É característica do pensamento pautado no senso comum acreditar que uma crise pode ser resolvida através da reorganização das instituições. Pode, de certa forma, auxiliar, mas não resolver completamente, porque a crise não está relacionada a um fator específico, no caso o educacional, mas a um grupo de fatores que estão interligados. O que muitas vezes acontece é que “os educadores a elaboram como um fenômeno no qual sua responsabilidade é principalizada” (NAGEL, 1992, p. 2).

No caso da crise de 1929-1930 que é o período que nos interessa, faz-se necessário entender as transformações econômicas vivenciadas para compreender “o período que os educadores costumam chamar de otimismo/realismo pedagógico” (NAGEL, 1992, p. 3). A época é de desenvolvimento. As modernas relações produtivas do capitalismo estavam adentrando em nosso meio com várias novidades no sistema de produção e acumulação de capitais. Este levou à desestruturação do antigo padrão de produção e à própria crise de 1929. As exigências educacionais aumentavam pela própria exigência do novo modo de produção que exigia uma organização do trabalho e a produção em grande escala. É no auge das transformações capitalistas que surgem as idéias renovadoras no sistema educativo. Pois a sociedade passava por um período de crise econômica e política acompanhada de uma série de mudanças das instituições, entre elas a educação.

Fica claro que uma das bandeiras de luta social era a da educação. Evidenciou-se o porquê dessa luta ter acontecido nas décadas de 20 e 30, além do fato de que toda a problemática social, entre outras coisas, demandava uma nova atitude educacional onde as particularidades de quem aprendia deveriam ser respeitadas, não só pelo professor e escola, mas por toda a sociedade.

4. O “pioneiro” dos pioneiros: a educação individualizada e a transição para o capitalismo

Constatada a defesa do ensino individualizado pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação nova e a conjuntura na qual essa defesa se instalou, há que se buscar a estrutura material que condiciona esta necessidade. O que se pretende mostrar, neste momento, é a íntima relação entre o nascimento do capitalismo e a necessidade educacional de pensar a aprendizagem como individual e conectar as preocupações do “Manifesto” com as estruturas do capitalismo em sentido mais amplo.

Com o renascimento comercial e urbano, criaram-se novas formas de enriquecimento, por meio do crescimento das atividades bancárias e do comércio de mercadorias. Ganhou importância o comércio em grande escala e a produção para o mercado. A sociedade inteira mudou com o surgimento da economia de mercado e da burguesia: uma classe social dinâmica, empreendedora e aberta a mudanças, como nunca a história tinha conhecido. Tais modificações repercutiram na organização do estado, da cultura, dos valores, da ideologia e da educação.

A partir do momento em que as relações sociais começaram a mudar, o indivíduo, livre dos pesados laços familiares, deveria estar preparado para prover sua própria existência. Acaba o direito de primogenitura segundo a qual o filho mais velho sustentava o resto da família. Cada um deveria aprender a administrar o que tem. Para isto eram necessárias algumas habilidades, antes não desenvolvidas. Precisava-se de um caráter forte, firmeza em seus princípios, determinação em suas atitudes.

A sociedade capitalista veio carregada de novas exigências, pois tudo estava em transformação. Em especial a educação precisava de mudanças para atender as novas necessidades de uma sociedade dinâmica e em transformação. A partir da mudança do regime de propriedade, nasce o indivíduo moderno, que deveria “se virar” para produzir para si mesmo. Agora não mais visando à família, mas usando suas próprias “armas” e estas, a educação é que deveria lhe dar.

De acordo com as mudanças, as condições familiares também mudam e cada um terá mérito de acordo com o seu esforço. O mundo moderno coloca o indivíduo diante de novas funções que: “pedem ao homem a extensão de todas as suas faculdades, e que, no emprego mais ordinário, e em aparência menos difícil da vida, exigem dele o uso contínuo de sua razão, de sua dignidade” (GUIZOT, 1999, p. 5).

A exigência da nova sociedade voltava-se ao uso da razão, a uma educação esclarecedora das verdadeiras funções do indivíduo. Para isso, a educação deveria ir além dos conhecimentos já adquiridos informalmente, e servir como complemento para a vida prática. Guizot defende que:

No lugar desse homem que seu tempo tem formado para seu tempo, seu país para seu país, sua profissão para sua profissão, e que não saberá nada fora de sua profissão nativa, **ter-se-ia feito um homem dotado de um caráter individual, capaz de encontrar-se a si mesmo em todas as circunstâncias, e de aplicar em todas as ocasiões toda extensão de todas as suas faculdades que têm como ponto de partida a natureza** (grifo nosso) (1999, p. 6).

Uma boa educação seria aquela que objetivasse desenvolver o homem por inteiro, com um caráter individual, capaz de aplicar seus conhecimentos e aperfeiçoar a sua vivência em sociedade com princípios morais e intelectuais, porque, na sociedade capitalista, aquela educação não era suficiente, precisava-se de um novo enfoque voltado ao homem moderno.

O impacto das transformações ocorridas durante a Idade Moderna foi forte. O dinheiro, e não mais a honra, passou a ser o valor determinante num mundo cada vez mais regido por relações mercantis. Precisava-se de caráter forte, firmeza em seus princípios, opinião independente e certas habilidades de comércio para não perecer e, sim, conquistar cada vez mais lucro: eis o grande princípio da nova sociedade. Sobre este novo indivíduo, Guizot explica que...

se acostumar a não contar senão com seus próprios meios, e procurar colocar em uso todos aqueles que possuir, evitará ser fraco para não ser infeliz, e sentirá sua felicidade crescer com seus esforços. **Mas ao mesmo tempo que conhece o seu grau de importância e aquele de sua força, não avançará senão até o ponto em que estará seguro de poder se deter** (grifo) (1999, p. 8).

A educação voltada à satisfação individual é conseqüência da mudança na forma de propriedade e do surgimento da sociedade capitalista. O indivíduo livre dos laços familiares deparou-se com uma grande responsabilidade: a sua sobrevivência. Houve uma necessidade de se alterar o pensamento educacional voltado ao uso da razão no objetivo de conquistar “sucesso” por seus próprios esforços. Nessa busca incessante pela sobrevivência e novas conquistas, o homem vai descobrir sua grande força e potencialidade de transformação, “e se verá aonde chega o homem a quem se tem inspirado a vontade de ser realmente tudo isso que ele pode ser” (GUIZOT, 1999, p. 11).

4.1 Montaigne, a educação moderna e o respeito às individualidades

Dentre os vários filósofos que pensaram a educação no momento de transição do feudalismo para o capitalismo, deu-se importância à educação de Montaigne por verificar em seu pensamento a questão do respeito à educação do indivíduo de maneira bastante forte. Em seu texto “Da educação das crianças”, publicado nos seus ensaios em 1580, fica clara esta idéia, pois se trata de uma carta mandada a uma mulher que ainda está com o filho no seu ventre. São algumas dicas essenciais para a educação, demonstrando, assim, o pensamento educacional moderno preocupado em resgatar o respeito às individualidades.

O futuro da criança é obscuro, ela vai ser aquilo que lhe foi ensinado. É claro que é difícil mudar as propensões naturais da criança, mas cabe ao educador trabalhar aquilo que há de melhor para que a criança conheça o certo e o errado e possa escolher seu próprio caminho. É enorme a responsabilidade sobre os ensinamentos que lhe são transmitidos. Muitas vezes a educação, que é transmitida às crianças, é aquela “da boca para fora”, o educador ensina de uma forma, mas as suas atitudes são contrárias, por isso Montaigne defende que o educador tenha melhores costumes e inteligência do que ciência. Em Montaigne, podemos ver esta defesa com relação ao educador, na seguinte colocação: “Gostaria que ele corrigisse este erro, e desde logo, segundo a inteligência da criança, começasse a indicar-lhe o caminho, fazendo provar coisas, e as escolher e discernir por si

próprio, indicando-lhe por vezes o caminho certo ou lho permitido escolher” (1984, p. 151).

Montaigne defende que para educar a criança devemos nos colocar no mesmo patamar dela, ainda que seja uma tarefa difícil, pois “é uma das mais árduas tarefas que conheço. Colocar-se gente no nível da criança; e é característico de um espírito bem formado e forte condescender em tornar suas às idéias infantis, a fim de melhor guiar a criança” (1984, p.151).

É fascinante ver em Montaigne a clareza com que ele via os aspectos educacionais. Como exemplo, ele comenta que sendo várias crianças, cada uma com inteligência e personalidade diferentes, quando tentam ensinar-lhes a mesma lição e inculcar em todas a mesma maneira de pensar e agir, não é de estranhar que somente algumas delas realmente tirem proveito do que aprenderam. Este proveito não se revela no que ficou guardado na memória, mas naquilo que ela pode usar para resolver situações da sua vida. Como diz Montaigne: “É indício de azia e indigestão vomitar a carne tal qual foi engolida. O estômago não faz seu trabalho enquanto não mudam o aspecto e a forma daquilo que se lhe deu a digerir” (1984, p. 152). Assim é a educação, relatar os conhecimentos tal qual foram aprendidos em sala de aula, não servirá para nada, pois saber de cor não é saber: é apenas conservar na memória o que lhe foi transmitido.

Montaigne defende também que o indivíduo tenha sua própria determinação, que defenda suas idéias e não fique subordinado às idéias de outrem. “O proveito de nosso estudo está em nos tornarmos melhores e mais avisados. [...] Certamente tornaremos a criança servil e tímida se não lhe dermos a oportunidade de fazer algo por si” (1984, p. 153). Porque inteligente não é exatamente aquele que sabe todas as respostas, mas aquele que tem as melhores perguntas, que explora e que busca o conhecimento.

É esta educação que Montaigne defende. Uma educação instigante, que excite a vontade em aprender, e tudo o que se apresentar aos olhos será incentivo, desde que não venha com a resposta pronta.

O ensino assim colocado seria de mais fácil compreensão e naturalmente incorporado⁴. A criança e o jovem querem mais ação do que teoria, portanto deve-lhes ser ensinado realmente aquilo que é necessário.

Quando Montaigne defende que o aluno não deve passar tantas horas na escola, muitas vezes vendo uma repetição de coisas, ele quer que o jovem tenha tempo livre para que sozinho possa procurar aquilo que lhe interessa, e caberia ao educador incentivar esta busca e o amor aos livros. O aluno deveria ter tempo para misturar a filosofia, a sabedoria, os costumes. Ou seja, uma educação integral, educar corpo e alma como parte do todo. “Quero que a delicadeza, a civilidade, as boas maneiras se modelem

⁴ Sobre isso, diz Ponce: “O individualismo burguês, que já havia apontado na arte italiana, e que exigia no campo religioso o livre comentário das Sagradas Escrituras, no campo educacional estava a exigir uma disciplina menos rude, uma maior consideração da personalidade do educando, um ambiente mais claro e mais alegre” (1981, p. 116).

ao mesmo tempo em que o espírito, pois não é uma alma somente que se educa, nem um corpo, é um homem: cabe não separar as duas parcelas do todo” (1984, p. 164).

Montaigne aposta nos jovens, mas naqueles que adquiriram conhecimentos reais, que saibam utilizá-los em prol de sua defesa, do seu crescimento pessoal e global. “Se nosso jovem estiver bem provido de conhecimentos reais, não lhe faltarão palavras e virão por mal se não quiserem vir por bem” (1984, p. 167). O poder da pessoa está no seu conhecimento e na sabedoria ao usá-lo.

Segundo Montaigne, a preocupação com o indivíduo, considerando que cada um era livre e responsável pela sua sobrevivência, surge a partir do momento que se extingue o direito de primogenitura. É diante dessa realidade que Montaigne defende uma educação eficiente em todos os sentidos, para que o indivíduo possa ter sabedoria para buscar seu bem estar.

É por causa deste indivíduo que Montaigne pensou a educação, tendo em vista as transformações sociais, colocando o aprendiz como o centro do processo pedagógico. É uma educação para atender as necessidades da nova sociedade que surgiu no limiar de grandes lutas, inclusive sociais. Neste intenso processo de mudanças, os indivíduos necessitavam de certas habilidades para conduzirem suas decisões e suas vidas. E o melhor caminho para se obter estas habilidades era a educação.

A tarefa mais difícil seria a preparação deste novo homem que surgia para enfrentar os desafios de uma nova sociedade que também surgia. Os filhos deveriam estar preparados para receber os negócios do pai e saber administrá-los; cada um a parte que lhe coube, agindo, assim, com suas próprias forças.

Foi na tentativa de adequar o novo homem à nova sociedade que houve a valorização da educação do indivíduo e uma adequação dos procedimentos educativos para formar um indivíduo autônomo, capaz de entender a sociedade e conviver adequadamente em meio às turbulências do mundo capitalista.

A defesa de Montaigne foi marcante no que diz respeito à preocupação do sujeito que aprende. Esta idéia de individualizar a educação constituiu-se, no nascimento da sociedade capitalista, de maneira altamente revolucionária, usada como luta, acima de tudo para a construção de uma nova sociedade. Vê-se, portanto, que a relação entre uma educação individualizada em seus métodos e fins, com as lutas mais amplas de transformação/conservação social, assume importância inegável na sociedade capitalista. A constituição da sociedade do “trabalho livre” impõe como corolário a valorização da idéia de respeito às individualidades na educação.

Resguardadas as diferenças conjunturais, verifica-se que o Brasil do pós-30, no esforço de construir um capitalismo baseado nas modernas relações de trabalho pautadas na grande indústria, tem a mesma preocupação com a formação humana no sentido de preparar o indivíduo para enfrentar sozinho um novo mundo que surge centrado nos albos da sociedade capitalista. Tanto lá quanto aqui, a relação entre estrutura social e idéia de valorização das diferenças individuais deve ser buscado.

Analisar Montaigne como o “pioneiro” dos Pioneiros é enfatizar que as idéias pedagógicas são elaboradas e encontram solo fértil para resultados práticos na cotidiana luta pela produção da existência. Essa, com certeza, é uma premissa sobre a qual a Psicopedagogia pode basear-se para ampliar ainda mais o número e o alcance de suas preocupações.

5. Considerações finais sobre a idéia de respeito às individualidades no Manifesto

Iniciou-se este trabalho objetivando mostrar a possibilidade de buscar os fundamentos históricos da Psicopedagogia. Por esta busca de fundamentos históricos, entende-se, não a enumeração de fatos em constituição de tendências ao longo do tempo, mas a busca de razões, possibilidades e limitações das idéias educacionais que formam o conjunto de preocupações e concepções dos estudiosos em Psicopedagogia. Do grande conjunto destas idéias, optou-se por trabalhar historicamente, com a idéia de respeito às individualidades, constatando-a e analisando-a no Manifesto dos Pioneiros da Educação.

As novas idéias educacionais, que emergiram mundialmente, podem ser confirmadas em Montaigne, que defende concepções educacionais modernas em um momento de transição para uma nova sociedade. O Brasil também entra nesta ordem quando as modernas relações capitalistas começaram a se infiltrar na sociedade brasileira, apresentando aspectos que antes não existiam. Este mundo moderno, avançado, exigia uma nova educação. Era o momento de insistir por mudanças. Uma medida concreta na busca de renovação da educação foi a redação do Manifesto dos Pioneiros, cuja preocupação centrava-se no indivíduo, sendo este o cerne do processo de ensino. Buscava-se atender as suas necessidades individuais transformando-o em um agente ativo, com uma consciência social formada.

Sentia-se a necessidade de um novo homem para uma nova sociedade. A tentativa era desfazer-se daquele homem preparado para cuidar apenas da sua propriedade e formar um homem com uma visão global, independente dos laços familiares, sentindo-se capaz de interagir com a sociedade, e, por si próprio, conseguir sucesso em seu meio.

Por outro lado, Romanelli (1978) mostra que devido ao modelo econômico construído no Brasil após 30, baseado na importação de tecnologias, o papel da escola resumia-se em transmitir conhecimentos e não criá-los. “Com a intensificação da importação tecnológica, a escola não será chamada a desempenhar papel de relevo, a não ser num dos setores básicos de expansão econômica: o treinamento de mão-de-obra. A formação de pesquisadores e desenvolvimento da pesquisa aplicada continuará na penumbra, relegado ao plano secundário” (1971, p.55).

Pelo fato de o pólo econômico ter permanecido na importação de tecnologia, o modelo educacional permaneceu conteudista, e o desenvolvimento da pesquisa, voltado ao progresso científico, não teve condições de integrar-se na estrutura do sistema educacional, deixando o respeito às individualidades secundarizadas. É contra este tipo

de ensino que o “Manifesto” lançou suas propostas de renovação. Porém a concretização, ou não, das idéias pedagógicas estão intimamente relacionadas não só com a intenção dos professores, mas também com os rumos históricos (políticos, econômicos e sociais) seguidos por uma dada realidade.

Vale salientar que é neste esforço histórico que a Psicopedagogia e sua tentativa de incrementar o processo educativo encontram a sua razão de existência. Pois enquanto a educação permanecia estagnada, os problemas de aprendizagem não apareciam. A partir do surgimento da sociedade moderna, com maior dinamização e informação, antigas práticas pedagógicas já não eram suficientes para atender a toda a clientela e, além disso, atendê-la de um modo qualitativamente diferenciado.

Este trabalho mostrou que é possível contemplar as preocupações psicopedagógicas com uma análise histórica do processo, encarando a totalidade das relações sociais, desencadeadoras e limitadoras das idéias educacionais propostas pela Psicopedagogia. Mostrou, também, que a busca por uma educação individualizada por parte dos Pioneiros esteve intimamente ligada a um processo de luta social, e que esta característica não se reduziu ao caso brasileiro, já que esteve presente no próprio processo de construção da sociedade capitalista. A análise histórica foi extremamente relevante para mostrar, criticamente, que as dificuldades e possibilidades da sala de aula, da escola etc, são passíveis de serem entendidas, também, quando se olha para fora delas, para a sociedade. Afinal, é nela, para ou contra ela, que a Psicopedagogia atua. É no esforço para a construção desse olhar mais amplo que o presente estudo teve a sua atenção voltada.

Referências bibliográficas

CURY, C. R. J. **Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1988.

GHIRALDELLI, P. **História da educação**. São Paulo: Cortez, 1991.

GUIZOT, F. P. Das idéias de Tasse em relação a educação: o pai de família. In: **Apontamentos**. Maringá, UEM, 1999. n.º 23.

HEROLD JR, C. Montaigne e a infância em um tempo de incertezas. In: **Revista Guairacá**, 2000, Unicentro. 16; 7-21.

HOBSBAWN, E. **Era dos extremos: o breve século XX – 1914/1991**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

KOSIK, K. **A dialética do concreto**. 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

- MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MENDONÇA, S. **A industrialização brasileira**. 6.ed. São Paulo: moderna, 1997.
- MONTAIGNE, M. Da educação das crianças. In: **Ensaio**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- NAGEL, L. H. A crise da sociedade e da educação. In: **Apontamentos**. Maringá, UEM, 1992, nº 9.
- NOGUEIRA, R. F. de S. **A prática pedagógica de Lourenço Filho no estado do Ceará**. Fortaleza: edições UFC, 2001.
- PILETTI, N. **História da educação no Brasil**. 4.ed. São Paulo: Ática, 1994.
- PONCE, A. **Educação e luta de classes**. São Paulo: Cortez, 1981.
- RANSOM, J. **História da educação**. São Paulo: EPU, 1987.
- ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1978.
- SANTOS, T. **Evolução histórica do Brasil: da colônia à crise da “Nova República”**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- SAVIANI, D. **Educação brasileira: estrutura e sistema**. São Paulo: Saraiva, 1973.
- SCOZ, B. J. L. et. al. **Psicopedagogia: o caráter interdisciplinar na formação e atuação profissional**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- SODRÉ, N. W. **Formação histórica do Brasil**. 11.ed. São Paulo: Difel, 1982.
- YAEGASHI, S. F. R. O que é psicopedagogia? In: **Apontamentos**. Maringá, UEM 2.000. nº 76.
- XAVIER, M. E. **Capitalismo e escola no Brasil**. Campinas: Papirus, 1990.